

V. UMA ANÁLISE DO PERCURSO DA IDEOLOGIA COLONIAL PORTUGUESA EM RELAÇÃO À ÁFRICA (1928-1961)

*Luiz Henrique Aziz de Barros*¹

Resumo

Este artigo investiga a formação do discurso colonial do Estado português durante o período do Estado Novo, uma retórica que ao longo dos anos foi sendo modificada e adaptada pelo regime. Dentro da análise proposta por este trabalho, destaque para a transição entre a “*Mística Imperial*” e o “*Lusotropicalismo*”, como conceitos norteadores do discurso oficial do Estado em relação à suas práticas e políticas coloniais na África.

Palavras-chave:

Colonialismo. Mística Imperial. Lusotropicalismo.

Abstract

This paper investigates the formation of the colonial discourse of the Portuguese State during the Estado Novo, a rhetoric which over the years has been modified and adapted by the regime. Within the analysis proposed by this work, highlighting the transition from the “Imperial Mystique” and “Lusotropicalismo” guiding concepts of the official discourse of the state in relation to their colonial policies and practices in Africa.

Keywords:

Colonialism. Mystic Imperial. Lusotropicalism.

¹ NEAB-UFPE. Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Durante o Estado Novo (1933-1974), Portugal esteve sob a regência de um modelo nacionalista e autoritário, que buscava no colonialismo forças para legitimar politicamente o regime e reerguer a frágil economia do país² à base da exploração das colônias.

A Questão Colonial foi elemento importante na agenda política portuguesa, sendo a manutenção de posses ultramarinas preocupação de Portugal desde o período Monárquico. De acordo com a historiografia portuguesa³, a política colonial da 1ª República foi um dos fatores que levaram ao golpe civil-militar de 1926, e que deu início à ditadura que implantaria o Estado Novo em Portugal.

Em qualquer exame que acerca do Estado Novo português se faz evidente a importância da Questão Colonial ao regime, sendo um fator relevante na sua ascensão, bem como na sua derrocada, devido à dependência econômica da metrópole na exploração de suas colônias, sobretudo as de Angola e Moçambique.

Sob o comando de Antônio de Oliveira Salazar - Chefe de Governo durante boa parte do Estado Novo, entre 1933-1968 -, Portugal apostou alto no Colonialismo, executando uma “*política clara de aproveitamento dos territórios africanos*”⁴.

Para além dos aspectos políticos e econômicos, foi marcante o peso da ideologia colonial no período de consolidação do regime, sendo este, um dos pilares na qual o Estado Novo edificou-se.

² Acerca do Estado Novo Português (1933-1974), consultar MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal e o Estado Novo*. 1ª Edição. Lisboa: Presença, 1972; do mesmo autor, o livro *Portugal e o Estado Novo*. 1ª Edição. Lisboa: Presença, 1972; e a obra MATTOSO, José. *O Estado Novo*. Porto: Estampa: 1ª ed. 1997.

³ Consultar MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol.VII, Porto: Estampa. 1997

⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. 1ª Edição. -Lisboa : Sá da Costa Editora, 1979. p.21.

Para compreender como se deu o processo de incorporação ideológica na política e no discurso do Estado português, se faz necessária à observação de como se deu a ascensão de Antônio Salazar ao controle de Portugal.

Ascensão de Salazar e a incorporação da ideologia na administração colonial

Em 1928, dois anos após a Revolução Nacional (golpe que derubou a Primeira República Portuguesa⁵), Portugal vivia em clima de indefinição e combate entre diferentes projetos para o Estado. As perspectivas políticas dentro do bloco golpista estavam em combate, mas congregavam na rejeição ao Liberalismo e na profissão de um nacionalismo, muitas vezes extremado.

O Estado estava sendo governado por uma junta militar, que adotou postura autoritária, nacionalista e centralizadora na gestão do país. Os poderes legislativos foram suspensos e foi decretado estado de exceção. Portugal passou por um período de incerteza e instabilidade crescente. Não existia uma agenda política, cronograma de transição ao estado de direito e nem haviam sido contemplados os anseios dos variados grupos que formavam a base do golpe.

Se no campo político havia clima de agitação e efervescência, a economia portuguesa estava em crise, apresentando aumento desenfreado na inflação e da dívida pública, o que debilitava ainda mais a frágil e atrasada economia lusa. O quadro econômico português estava delineado da seguinte maneira:

⁵Consultar MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. VI. Porto: Estampa. 1997

Uma agricultura de semi-subsistência, uma indústria insignificante na produção de manufaturados, um setor consumidor extremamente limitado, exportações predominantemente confiadas a produtos primariamente processados: eis Portugal, uma potência imperial, com a economia de um país subdesenvolvido⁶

Neste contexto, emerge a figura de Antônio Salazar na cena política portuguesa. O então professor de economia na Universidade de Coimbra assume o Ministério das Finanças. Salazar exige e é acatado no pedido de poder gerir nas finanças de todos os ministérios portugueses, e dá início a uma gestão econômica marcada pela austeridade e o antiliberalismo.

Rapidamente a política econômica do ministro começa a mostrar resultados, dado que no ano fiscal 1928-1929, a inflação havia abaixado, e as contas do Estado estavam sob o controle⁷. O sucesso nas rédeas da economia do Estado conferiu a Antônio Salazar muita popularidade e força política, na qual o ministro se via com cada vez mais poderes, gerindo e influenciando decisões de outros ministérios e esferas do poder em Portugal.

O Ministro emerge como uma liderança do grupo nacionalista radical, que observava na ação colonial a finalidade histórica de Portugal, como vocação própria da nação, e tinham na conservação do império a condição para a manutenção da soberania nacional portuguesa. Representavam uma corrente política que desde o fim da Primeira República pregava a adoção de uma postura nacionalista e de tom centra-

⁶ ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do ultra Colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966, p.7.

⁷ ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Op.cit., p.28

lizador em Portugal, e o Império está no centro de sua argumentação nacionalista.

Com a popularidade e o prestígio angariado no cargo de Ministro das Finanças, Salazar termina por se inserir no centro das decisões da Ditadura Nacional, acumulando cargos e assumindo a responsabilidade de articular a formação de um novo regime, o Estado Novo.

Como base política para a remodelação do Estado, Salazar, com fundos provenientes do Orçamento de Estado, funda em 1930 a União Nacional, partido com a proposta de oferecer a Portugal um regime centralizador e nacionalista. Formavam a base da União Nacional correntes da direita republicana, de alguns sectores monárquicos e dos católicos.

Através de fortes investimentos em propaganda, a União Nacional buscou através do discurso legitimar as mudanças que se pretendia fazer no regime e provocar uma coesão na sociedade por meio da argumentação nacionalista adotada pela partido.

O discurso estava articulado através da defesa da construção de um Estado Antiliberal, centralizador e nacionalista, que concebia no colonialismo a expressão da vocação histórica lusa de civilizar e catequizar povos gentís, construindo um arcabouço ideológico e retórico conhecido como “Mística Imperial”⁸.

A “Mística Imperial” deixou sua marca, sobretudo, em aspectos da administração colonial entre as décadas de 1930 e 1940. Desenvolvida em um contexto de incerteza em torno do rumo do Estado, e ameaça de perda das províncias coloniais, surge, sobretudo, como um discurso de afirmação do nacionalismo e do orgulho do povo português. Através

⁸ Consultar AZEVEDO. Fernando Alves de. *Mística Imperial*. Lisboa: Cosmos. Nº 17. 1939.

da propaganda e do discurso, Salazar buscava aproveitar a situação, e a partir dela angariar a aprovação popular necessária para arrefecer a efervescência política e operar as reformas que levariam ao Estado Novo, institucionalizado em 1933.

A influencia da Mística Imperial na política africana de Portugal

A Mística Imperial, principal ferramenta ideológica do arcabouço retórico do Salazarismo, tinha como principal argumentação à apologia ao colonialismo. Nos discursos e em ferramentas de propaganda, estavam bem claros a preocupação em enfatizar uma pretensa peculiaridade no colonialismo luso, defendida através da defesa que a “*obra colonial é, acima de tudo, uma obrigação do Estado português, que tem como vocação tocar a missão de cristianizar e civilizar as raças atrasadas*”⁹

Através de Salazar, a gestão colonial entre 1930 até o fim da II Guerra Mundial (em 1945) passou a ser delineada, em seus aspectos administrativos e legais, a partir da Mística Imperial.

No ano de 1930, quando Salazar assumiu de forma interina o Ministério das Colônias, ele opera uma grandiosa ruptura com o modelo administrativo colonial até então praticado por Portugal. A luz da Mística Imperial, Salazar delineou uma gestão do ultramar português através de uma perspectiva imperial, sistematizada através do Acto Colonial¹⁰.

A influencia liberal na gestão colonial foi abandonada, passando a uma configuração exploratória em que o Estado português seria o principal agente. Salazar aplicou sua perspectiva de que o caminho para a estruturação econômica de Portugal passava por uma melhor e mais sistematizada exploração das posses ultramarinas.

⁹ AZEVEDO, Fernando Alves de. *Mística Imperial*. Lisboa: Cosmos. N° 17. 1939, p 15.

¹⁰ Decreto-Lei n° 18.570, de 8 de Julho de 1930.

Foi o início de um processo de integração econômica entre Portugal e suas posses coloniais, em uma lógica na qual a metrópole buscava nas colônias a solução para sua economia.

O ministro substituiu respectivamente a autonomia administrativa, o capital estrangeiro e o desenvolvimento autônomo das colônias, por um modelo de gestão centralizada, financiado com capital nacional (sobretudo estatal) e de integração na gestão econômica do Império.

A nomenclatura do Ultramar Português foi alterada e passou a ser denominado Império Ultramarino Português, com as “Províncias Ultramarinas” redefinidas como Colônias. Esta modificação representa muito mais do que uma medida retórica ou administrativa, sendo uma marca legal da Mística Imperial, relacionada com o teor ideológico que o Estado Novo estava disposto a fazer permear na sociedade portuguesa, com o objetivo de legitimar o regime e suas determinações.

Em 1932, através da *Reforma Administrativa Ultramarina*¹¹, Salazar concluiu o processo de remodelamento da gestão e legislação colonial. O Ultramar português foi restaurado como Império, com um modelo de exploração reconfigurado, a fim de atender ao novo contexto político metropolitano.

A gestão colonial passou a ser centralizada, na qual o Estado português buscou nacionalizar as empresas e o capital investidos nas colônias, adotando uma gestão integrada da economia do império. Este modelo de gestão buscava explorar melhor os potenciais das colônias, e, sobretudo favorecer o fortalecimento econômico da metrópole, que enfrentava dificuldades decorrentes do seu atraso econômico e do isolamento internacional¹² adotado por Portugal após a Revolução Nacional.

¹¹ Decreto-Lei nº 23.229, de 15 de Dezembro de 1933.

¹² Consultar ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do ultra Colonialismo*. Op.cit. p.25.

É neste período que são lançadas as bases do modelo de exploração colonial que Perry Anderson chamaria de “*Ultracolonialismo Português*”¹³. Ainda segundo o historiador inglês, o colonialismo português era ao mesmo tempo “o mais perverso, como também o mais atrasado” dos colonialismos europeus do século XX. A metrópole era subdesenvolvida, e sua economia imperial era atípica, na qual Portugal produzia apenas bens primários e era dependente de bens de indústria pesada.

Desta maneira, não podia fazer de suas colônias mercados consumidores, e dependia da comercialização das riquezas produzidas no ultramar (como diamantes, minérios e extratos vegetais) para sobreviver. Na prática, Portugal agia como uma espécie de “parasita” de suas colônias, apenas sugando as riquezas, realizando uma super exploração das Colônias.

Perry Anderson concebe que a economia colonial portuguesa era invertida, segundo a explicação abaixo:

Com a única exceção do algodão para a indústria têxtil, a clássica absorção colonialista de matérias prima para a reexportação como produtos manufaturados não ocorre. A balança é exatamente inversa: exportação quase total de matérias primas (cortiça, vinho, etc; envolvendo um mínimo de intervenção tecnológica) e importação de manufaturados. O padrão é, assim, o verdadeiro reverso de uma economia imperialista.¹⁴

Outro aspecto que aumentava o grau de exploração do imperialismo português sob as colônias após a publicação do Acto Colonial e da Reforma Administrativa Ultramarina, era o fato de os colonizadores brancos imporem em larga escala o trabalho forçado aos povos africa-

¹³ Idem

¹⁴ Idem, p.7.

nos do Império, sobretudo nas províncias de Angola e Moçambique. Além de ser uma exploração deplorável no caráter humano, era contraditória no sentido do propagado caráter missionário religioso da obra colonial lusa, e dificultava fortemente a formação de mercados consumidores fortes nas colônias.

O modelo de administração e exploração colonial influenciado pela Mística Imperial e sistematizado na legislação colonial lançava Portugal em círculo vicioso de exploração das colônias e estagnação econômica.

Para além dos aspectos econômicos e administrativos, o Estado Novo se preocupava constantemente em justificar e buscar legitimar a ação colonial portuguesa através do discurso e da propaganda.

O Estado investiu forte nas mais variadas plataformas de propagação do regime e dos feitos imperiais. Antigas teorias acerca do caráter do homem português são revistas, como também outras novas são desenvolvidas, e propagadas com o apoio do estado, através de meios culturais e científicos¹⁵, por meio de revistas, concursos literários, cartazes, filmes e exposições públicas.

O desenvolvimento da propaganda de Estado no contexto colonial apresenta algumas peculiaridades, em relação ao discurso do império e principalmente na representação das colônias e dos colonizados.

¹⁵ Acerca deste assunto consultar os artigos: RODRIGUES, Flávia Arruda. “Prêmio de Literatura da Agência Geral do Ultramar: Uma Ferramenta de Dominação do Estado Novo Português” e “A Legitimação da Colonialidade Portuguesa: Narrativas da Dominação nos Concursos de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias”; SANTOS, Jeanne de Cássia Nascimento. “Literatura Colonial Portuguesa: Espaço, Poder e Imperialismo”, In: Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP. http://www.abraplip.org/anais/documentos/comunicacoes_orais/flavia_arruda_rodrigues.pdf.

O que há de marcante nestes discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do “Oriente misterioso”, os estereótipos sobre o “o espírito africano”, as idéias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou longo castigo quando “eles” se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que “eles” melhor entendiam era a força ou a violência; “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados.¹⁶

Foi através do discurso e da narrativa que autores, filósofos colonialistas e o Estado buscava justificar e legitimar sua ação imperialista. Retratar o colonizado como exótico e bárbaro estava incluído dentro de uma lógica de apresentar ao povo metropolitano, tão distante da África, simultaneamente a necessidade de levar àquele mundo estranho africano missões humanitárias civilizadoras e jornadas exploratórias das riquezas naturais, que embora distintos fossem justificativas à empreitada colonial.

Sendo minha tese básica a de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles. O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, que tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, que a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa.

As próprias nações são narrativas. O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.¹⁷

O africano não tinha voz neste contexto colonial, e suas representações satisfaziam os interesses do narrador, no caso o colonizador. Temos como ricas fontes para analisar o contexto da narrativa e representação de África na propaganda portuguesa os Cadernos Coloniais. Edi-

¹⁶ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.: 2011, p.9

¹⁷ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Op.cit., 10 e 11.

tado entre 1928 e 1962, os Cadernos Coloniais era uma revista que tinha como linha editorial buscar retratar através da narrativa de agentes da colonização lusa (estes, à luz da retórica colonial em voga), a realidade e os avanços da obra colonial portuguesa na África.

Um dos primeiros números dos Cadernos Coloniais foi dedicado à uma definição e explicação do que seria a *Mística Imperial*, que o autor delimita como sendo:

um apetite heroico de ação, uma consciência de energia que só aceita o que é honesto e puro e que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu¹⁸

É muito evidente o apelo romântico, o caráter missionário e o desapego material que o autor busca descrever ao definir o conceito da *“Mística Imperial”*. Analisando o discurso, é possível traçar que se este conceito pudesse ser posto em prática na sua íntegra, apenas sujeitos diferenciados, heroicos, poderiam fazê-lo. No caso, o povo português.

Continuando neste princípio de distinção do povo português perante aos outros, o autor traça uma comparação entre o imperialismo praticado pelo povo português, carregando a sua *Mística Imperial*, e a política imperialista desenvolvida por outros povos europeus.

O imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus, e isto por se absorver na preocupação altruísta da cristianização das raças atrasadas, que o mesmo é dizer na sua civilização: não aceita o critério rático de Gobineau ou de Nietzsche, nem a expansão como direito do mais forte.

Por isto Portugal possui desde sempre uma *mística imperial sui-generis*. Pode dizer-se sem paradoxos que embora a *mística* o faça detentor hoje dum admirável patrimônio ultramarino jamais nos utilizamos para manter dos meios chamados imperiais.

¹⁸ AZEVEDO. Fernando Alves de. *Mística Imperial*. Op.cit., p.5

Assim suponho que à luz do imperialismo português se pode ter uma melhor compreensão da mística imperial portuguesa.¹⁹

É argumentado que o patriotismo português é sincero, sendo a vocação colonial a ação afirmativa da raça portuguesa. O autor ao tratar de raça, busca mostrar que Portugal prefere “poupar e estimular as raças nativas” dos domínios coloniais, ao invés de alimentar “*segregação e dominação sem motivo*”²⁰.

É interessante esta perspectiva, pois, ao ler estas palavras o leitor é levado a crer que os portugueses em suas colônias empregavam um convívio harmônico e pacífico com os africanos. Uma presença imperial sem nenhum tipo de domínio ou coerção. Tal discurso é refutável sem muita dificuldade, a partir, por exemplo, das divisões raciais empregadas pelos portugueses, trabalhos forçados, ou se interpretarmos as revoltas dos povos colonizados como um indicativo de insatisfação.

O autor se preocupa em distinguir o Imperialismo português dos demais imperialismos, caracterizando a colonização portuguesa como vocacional, movida pelo apreço pelo trabalho e pelo “engrandecimento moral dos bárbaros”, chegando a alegar um suposto desinteresse econômico português na exploração imperial, diferente das outras potências, que agiam por gana:

“A ação colonial portuguesa distingue-se das dos outros povos colonizados pela circunstância de sempre termos pretendido fazer das colônias outros tantos países idênticos à metrópole.(...) A política que adotamos em relação as colônias foi procura por integrar, progressivamente as populações nativas na civilização da metrópole, de forma a elevar-lhes o seu estatuto vital.

Não é colonização por dinheiro, como no império vizinho, mas a colonização pelo trabalho.²¹

¹⁹ Idem, p.7

²⁰ Idem, p.8.

²¹ Idem, p.38

O autor defende uma ideia de que diferentemente de outras potências coloniais, o português migra ao Ultramar não buscando fins financeiros, mas com o pensamento de edificar Portugal em terras distantes, em uma motivação patriótica de engrandecimento nacional.

Fica bem claro, que ao confrontarmos a construção retórica com os dados e a investigação histórica, chegamos a uma contradição. A Mística Imperial não era traduzida na prática, uma vez que o colonialismo português não possuía toda a pureza missionária construída pelo discurso, sendo uma exploração feroz e brutal, como também não obteve sucesso em nenhum dos vieses que o discurso buscava legitimar a ação colonial.

Em meados da década de 1940, a Mística Imperial se encontrava fora de tom no contexto internacional, devido o fim da II Guerra Mundial e a emergência de uma nova ordem no cenário mundial, na qual os colonialismos deveriam ser abolidos e promovidos movimentos de independência na África e Ásia.

A Mística Imperial já não servia para ao Salazarismo, que na busca pela perpetuação do colonialismo, precisava modificar o discurso legitimador da presença portuguesa na África. É neste contexto que surge a contribuição do brasileiro Gilberto Freyre ao colonialismo português.

A pressão da ONU pelo fim do Império Ultramarino e a busca da solução retórica em Gilberto Freyre

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, a conjuntura internacional mudou, e as políticas coloniais das grandes potências apontavam para um processo de descolonização de suas posses na África e Ásia. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi consa-

grado o direito à autodeterminação dos “territórios não autônomos”, devendo os países signatários da organização trabalharem para garantir a preparação de suas colônias para a independência.

Na mudança no contexto internacional, Portugal buscou manter suas colônias, e para isto teve que tomar medidas que alterassem, mesmo que apenas de forma retórica e cosmética, a relação de poder entre a metrópole e as posses ultramarinas, com adaptações na legislação colonial para fazer frente à nova ordem internacional.

No período que vai de 1945 a 1951, o Estado português passou a discutir soluções em prol da manutenção das Colônias, enquanto a ONU e as principais forças internacionais começaram a pressionar Portugal para a emancipação de seus “territórios não autônomos”. É neste corte cronológico, que se inicia o abandono da “Mística Imperial” como ideologia colonial, e é ensaiada uma aproximação do discurso de Estado com as ideias do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

O pensamento de Freyre até o momento havia tido uma recepção controversa no Portugal estadonovista. Sua obra mestra, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, recebeu uma avaliação positiva no cenário cultural português, porém, no campo político, o Estado Novo transitou entre a rejeição implícita e a crítica aberta às ideias do pernambucano.

Gilberto Freyre entre a década de 1930 e os últimos anos da década de 1940 não conheceu nenhuma aceitação oficial junto ao regime português. Estava em voga a Mística Imperial, com a afirmação do império e a defesa dos valores de uma raça portuguesa, que deveria impor aos selvagens a civilização e a moral cristã, não havendo espaço para a miscigenação e a democracia racial expressada por Freyre em suas obras, na sua tentativa de explicação da formação do Brasil.

O Estado Novo buscou em Freyre a elaboração de um novo discurso colonial, mais adequado à conjuntura do Pós II Guerra, que pregasse uma maior interação e harmonia entre Portugal e seus territórios ultramarinos. Era preciso desconstruir o discurso de império, baseado no processo impositivo e unilateral dos portugueses na obra civilizadora no ultramar.

Para celebrar a aproximação entre o Estado Novo e Gilberto Freyre, em 1951, Salazar convidou o escritor pernambucano para uma longa excursão de caráter sociológico e cultural ao longo de Portugal e domínios ultramarinos, selando uma aliança entre o Estado Novo e Freyre, para a apropriação das ideias do pernambucano na legitimação do colonialismo de luso.

No mesmo período, Salazar decide por sistematizar a retirada da Mística Imperial como princípio norteador da política colonial lusa, ao outorgar o decreto-lei 2.048/51, que revoga o *Acto Colonial*. É o marco final da vigência da “Mística Imperial” como princípio norteador do colonialismo português, e a emergência do pensamento de Gilberto Freyre como princípio orientador do discurso e política de Portugal em relação ao ultramar.

O decreto-lei 2.048/51 teve como principal medida a mudança do estatuto do Império Colonial Português, que passou a se chamar Estado Português, sendo as antigas Colônias reclassificadas como Províncias Ultramarinas. Ademais, foi acenada a previsão da concessão de autonomia aos governos locais nas províncias.

Esta legislação aponta pela primeira vez uma construção retórica Freyriana, a ser muito utilizada pelo Estado português, que foi a ideia de Portugal como uma nação Pluricontinental, compostas por unidades

de mesmo valor e unidas pela mesma língua e cultura. Esta construção seria a base da argumentação que estava por surgir, o Lusotropicalismo.

A partir de conceitos lançados em suas obras anteriores – sobretudo *Casa Grande & Senzala* -, e de observações tidas nas excursão feita à Portugal e Províncias Ultramarinas, Gilberto Freyre desenvolve o Lusotropicalismo. Primeiramente lançada em conferências realizadas em Universidades europeias, e propagadas através de duas pequenas obras, intituladas *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicadas em 1954, em que constavam as observações de Freyre sobre a sociedade de Portugal e Ultramar Português.

O Lusotropicalismo, na visão de Freyre é resultante de três pontos característicos específicos ao português e que conferem a Portugal um desempenho colonial destacado: a Mobilidade, a Miscibilidade e a Aclimatabilidade. Estes três pontos inerentes ao português estão inclusos na principal obra do sociólogo pernambucano, *Casa Grande & Senzala*. Neste sentido, pode-se dizer que o Colonialismo português passou a ser defendido com base em uma teoria que originalmente advém de uma explicação da formação da sociedade brasileira, sobretudo do Nordeste do Brasil.

Através do Lusotropicalismo, o Salazarismo construiu um discurso que tratava Portugal como uma “nação multirracial e pluricontinental”, e da preocupação do Estado em promover uma política integracionista no Estado Português. As ideias e o prestígio internacional do sociólogo Gilberto Freyre, buscavam legitimar a manutenção das posses portuguesas.

A teoria lusotropicalista lisonjeou o sentimento português e reforçou a sua convicção na originalidade da colonização lusa, apresentada como isenta de preconceitos raciais, oferecendo oportunamente à ditadura salazarista um álibi científico para a sua defesa da vocação colonial e da presença portuguesa no ultramar.

Lusotropicalismo: influência na legislação colonial.

Como Doutrina Imperial, o Lusotropicalismo e as ideias de Gilberto Freyre influenciaram mudanças no discurso de Estado português. No plano da diplomacia internacional, endossam o discurso de que Portugal “*constitui uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura*”²².

Também levaram à modificações na legislação colonial que não se restringiram ao Decreto-Lei 2.048/51. Durante os 31 anos que perdurou o Estado Novo (1933-1974), Portugal nunca presenciou tantas mudanças na legislação colonial quanto entre 1951 e 1961, período que vai da extinção do *Acto Colonial* ao início das primeiras guerras de independência no ultramar português.

Foram pelo menos cinco alterações legais²³ relevantes, todas de influência, ao menos retórica, das concepções de Gilberto Freyre. Buscava-se assim, a partir de manobras retóricas e alterações consti-

²² CASTELO, Cláudia. *O Modo Português de Estar no mundo*. Lisboa : Afrontamento, 2011. p. 97.

²³ Revogação do Acto Colonial, Decreto-Lei nº2048/51 de 1951; Lei Orgânica do Ultramar, Decreto-Lei nº2066/53 de 1953; Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei nº39666/54 de 1954; Criação dos Estatutos Orgânicos Provinciais, em 1955; Abolição do Indigeto, Decreto-Lei nº43863 de 1961.

tucionais para recharacterizar o estatuto do império, conseguir perante a ONU a aceitação de um Portugal detentor de colônias, mas sem se perceber colonialista.

Portugal, alinhado com o discurso do Lusotropicalismo, realizou mudanças na legislação legal a fim de incluir ideias como a assimilação e concessão de cidadania portuguesa aos povos do ultramar e a autonomia administrativa dos poderes locais nas províncias.

A inclusão destes pontos seria de extrema importância para o futuro ultramarino português, uma vez que seriam argumentos postos perante a ONU que buscariam mostrar que a relação de Portugal com suas províncias não era mais de metrópole para colônia, mas, de um Estado único.

A Lei Orgânica do Ultramar²⁴ buscou reorganizar a administração colonial, conferindo autonomia administrativa aos governos provinciais e criando Conselhos Legislativos em cada província, a fim de elaborarem Estatutos Provinciais. Esta autonomia estava vinculada apenas ao plano administrativo, tendo o poder de Lisboa guardado para si o direito de escolher os Governadores provinciais, o veto e modificação nas peças legais votadas nos Conselhos Legislativos, e sobretudo, o controle econômico, que continuava sob gestão de Salazar e sua staff.

Segundo Perry Anderson, foram alterações que não afetaram a exploração de Portugal sob as províncias, que continuavam a serem exploradas segundo o modelo do “Ultracolonialista”²⁵.

²⁴ Lei nº 2.066/53

²⁵ ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do ultra Colonialismo*, p.156.

Dentre os dispositivos legais feitos à luz das ideias de Gilberto Freyre, destaque para o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*²⁶, que legislava acerca das leis relativas aos indígenas, apregoando desde o trabalho e o direito privado, às bases e exigências para um “indígena” alcançar o estatuto de “assimilado”. Representava, segundo o discurso de Estado, a oportunidade para todos os habitantes do Estado Português, de alcançar a cidadania portuguesa.

Gilberto Freyre aproveitou o momento da publicação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, para defender a manutenção das posses ultramarinas Portuguesas, afirmando que a legislação do Estado Português estava “avançando a passos largos na garantia da promoção de um Portugal “nação multirracial e pluricontinental”, com um só povo e uma só nação espalhado na África, Ásia e Europa”²⁷.

Este processo de apropriação do pensamento de Gilberto Freyre pelo Estado Novo não ocorreu sem que houvesse claras demonstrações de contradições entre discurso e a práticas portuguesas no Ultramar.

A província de Angola foi o grande exemplo de como estas contradições eram evidentes. Era considerada a província colonial mais importante de Portugal²⁸, e acabou sendo o território que Gilberto Freyre mais citou para exemplificar as práticas Lusotropicalis no Estado português, com destaque para a interação entre as raças e a crescente concessão aos “indígenas” da cidadania portuguesa - obtida ,segundo ele,

²⁶ Decreto-Lei nº 33.666/54

²⁷ ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do ultra Colonialismo*, Op.cit., p.126.

²⁸ Idem, p. 53.

através da interação entre as culturas, e dedicação portuguesa em levar os valores de sua civilização aos povos autóctones²⁹.

Porém o que se verificava na prática era um território racialmente dividido, divisão esta estabelecida pelo mesmo Estatuto dos Indígenas que Freyre tanto louvara. Uma minoria branca administrava a província, e ocupava os principais postos de trabalho, enquanto a maioria da população, de origem negra, não tinha acesso à cidadania e ascensão social.

O que se verificava em Angola é que *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, estabeleceu um racismo institucionalizado, se configurando como uma barreira jurídica e cultural à ascensão social e afirmação racial da maioria da população negra angolana, contradizendo a construção assimilacionista do Estado Novo³⁰.

Conclusão

As construções ideológicas construídas durante o Estado Novo, conseguiram sustentar a integridade dos domínios portugueses na África até a década de 60, quando começa a guerra colonial, e Portugal vai paulatinamente perdendo terreno até o fim do colonialismo português e da Guerra Colonial, em 1974.

Por meio das alterações legais e no discurso de Estado, o Estado Novo buscou legitimar o seu colonialismo por meio do discurso e ideologia, de modo que a construção da estrutura retórica, administrativa e

²⁹ CASTELO, Cláudia. *O Modo Português de Estar no mundo*, Op.cit., p.63.

³⁰ ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do ultra Colonialismo*, p. 68

legal que conferiu uma sobrevida ao colonialismo português na África, em um período em que os colonialismos estavam saindo de cena.

Mas o que mais impressiona, é o fato de Portugal conseguir protelar o fim de seu império, tendo como principal arma a ideologia e a retórica, que cativaram a opinião pública portuguesa para a manutenção da obra colonial, por meio de construções tão contraditórias como a Mística Imperial e o Lusotropicalismo.

É através da observação destes episódios, que se faz atentar a importância do estudo da História para as sociedades, pois a investigação do passado faz lembrar aos sujeitos os perigos e consequências que a mobilização de massas através da propaganda e da manipulação dos fatos podem trazer, sobretudo na conjuntura atual, em que a informação circula, dissemina e reverbera de modo tão veloz que muitos não param para refleti-la e examina-la, apenas reproduzem.

Recebido em: 19/02/2012

Aceito em: 12/03/2012